

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FORTE : JB

CLASS. : Madeira/Mogno

DATA : 05 08 87

PG. : 6

1φ

IBDF acusa Funai sobre mogno

A Divisão de Cadastro e fiscalização (DC) do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) constatou a exploração predatória e ilegal das últimas grandes reservas brasileiras de mogno, todas elas situadas em áreas indígenas, está sendo feita com o aval da Funai. O IBDF está mesmo estudando a possibilidade de autuar a Funai como exploradora de madeira como forma de notificá-la juridicamente, uma vez que vários comunicados oficiais sobre as irregularidades não tiveram resposta.

Só nos últimos seis meses o IBDF, que denuncia também a exploração ilegal de cedro na área indígena Ibirama, em Santa Catarina, apreendeu grandes quantidades de mogno extraídas irregularmente das áreas indígenas Urueu-uau-uau, em Rondônia (11.600 m³), Zoro, em Mato Grosso (3.600 m³), e Caiapó, no Pará (2.600m³).

Em poder das madeireiras, o IBDF encontrou contratos assinados pela Funai autorizando a comercialização da madeira. O IBDF compara essas autorizações da Funai a uma

"negociação de cômodos no Palácio do Planalto", como ironiza um dos diretores do Instituto. Isso porque as florestas são consideradas bens públicos e sua administração é de competência do IBDF.

"A Funai, via superintendências regionais e administrações dos postos indígenas, está fazendo contratos com as madeireiras independentemente da aprovação, pelo IBDF, do Plano de Exploração e Manejo, o que constitui grave irregularidade", denuncia a Divisão de Cadastro e Fiscalização do Instituto.

O DC revela que as madeireiras financiam os próprios índios, dando-lhes motos, caminhões e tratores. Os índios extraem a madeira e a transportam até as empresas. As madeireiras contam com o fato de que qualquer flagrante colhido pela fiscalização do IBDF — que tem apenas 540 fiscais para cobrir todo o território nacional — nesse trajeto poderá passar em branco, pois a legislação brasileira, os índios não são passíveis de ação penal.